

**EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS FEMININOS: A EXPERIÊNCIA DE UM BANCO
COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO**

KATIA REGINA CALIXTO BRASIL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI)

FABIO SCHILLING
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)

RAFAEL FERNANDES DE MESQUITA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS FEMININOS: A EXPERIÊNCIA DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

INTRODUÇÃO

Os chamados “bancos tradicionais” costumam centralizar e executar as suas atividades baseados em procedimentos formais e burocratizados, enquanto as Instituições de Microfinanças Social (IMFS) tentam trabalhar combinando processos formais e informais. Além disso, investem em grupos de Empreendimentos Solidários (ES) organizados para o desenvolvimento de suas atividades, em que a obrigação de honrar o pagamento do empréstimo é importante para sua aceitação social no grupo e na sociedade (MORDUCH, 1999).

Nesse contexto, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) se enquadram como um tipo específico de instituição de microcrédito dentro do campo das finanças solidárias. A experiência trabalhada pelos Bancos Comunitários tem oportunizado que uma parcela da população de baixa renda tenha acesso ao microcrédito, por meio da concessão de empréstimos baseados nas relações sociais locais, confiança e solidariedade social (SILVA JUNIOR et al., 2007). Os indicadores apontam potencialidades econômicas e sociais, onde os BCDs surgem como uma alternativa possível para a redução da desigualdade social (COSTA, 2010). Dentre os objetivos a que se propõem, enquadram-se o desenvolvimento local a partir do fomento às chamadas capacidades endógenas (REED et al., 2014). Por capacidade endógena entende-se a utilização dos potenciais econômicos, sociais e culturais que as pessoas possuem em uma dada localidade.

O microcrédito coletivo, quando concedido pelos BCDs a um grupo de pessoas, tem como objetivo contribuir para que haja uma diminuição das dificuldades locais em termos de desenvolvimento socioeconômico. Esse tipo de microcrédito, por ser de natureza comunitária, financia grupos que trabalham diretamente com a economia solidária, ampliando a capacidade de aquisição, comercialização e consumo de produtos locais (SILVA JUNIOR et al., 2007). O desenvolvimento local envolve aspectos que podem iniciar-se com a implantação de bancos comunitários, circulação de moeda social e cooperação entre grupos de Empreendimentos da Economia Solidária (EES) exigindo esforços e perseverança de cada comunidade.

Em relação à concessão de microcrédito, os ES administrados e formados por mulheres têm sido recorrentes. De acordo com Sanyal (2009), ser um membro de um grupo de microfinanças reforça outras formas de esforços coletivos organizados por mulheres, o que se traduz na cooperação existente entre os membros desses grupos. Yunus (2007) argumenta sobre a importância do microcrédito como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico local por meio do trabalho das mulheres e Armenda’riz e Morduch (2007) citam que as mulheres são mais propensas ao pagamento do crédito recebido do que os homens. Este argumento converge com a busca por uma melhor qualidade de vida na família, que está muito presente entre as mulheres de baixa renda e isso tem feito com que elas se agrupem por intermédio de ES buscando oportunidades e melhoria de condições socioeconômicas locais.

Além disso, o viés de gênero é devido, pois a concessão de empréstimos voltados para as mulheres não se dá de forma normativa, isto é, de maneira estabelecida formalmente por meio de regulamentação própria, mas como um direcionamento para a avaliação da concessão do microcrédito. Essas diretrizes partem de uma metodologia utilizada mundialmente e têm sua origem em 1976 no *Grameen Bank*, em Bangladesh, na Ásia (YUNUS, 2007).

Em vista deste contexto onde se relacionam os BCDs e os ES Femininos, questiona-se: como se relacionam processos de concessão do microcrédito e o desenvolvimento de empreendimentos solidários femininos? O lócus do estudo é o Banco Comunitário dos COCAIS – Piauí, pois os ES administrados por mulheres tiveram um papel decisivo quando da sua implantação. Os grupos de ES, grande maioria na tomada de microcrédito junto ao

banco, tinham como objetivo a aquisição de matéria prima e expansão da produção e comercialização dos seus produtos, o que foi proporcionado pela linha de crédito produtivo (COSTA, 2010). Nesta direção, o objetivo da pesquisa é compreender a relação entre os processos de concessão do microcrédito e o desenvolvimento de empreendimentos solidários femininos.

MICROFINANÇAS, MICROCRÉDITO E BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

As microfinanças foram criadas para oportunizar e melhorar as condições de vida de uma população sem acesso ao sistema de crédito financeiro tradicional. Historicamente, a necessidade de assistência e políticas voltadas para o atendimento de pessoas de baixa renda deu início às Instituições de Microfinanças, efetivamente voltadas para o combate da pobreza por meio da concessão de microcrédito. Iniciativas positivas de criação dessas Instituições em países como Bangladesh, Indonésia e Bolívia, por volta da década de 1970, foram fundamentais para a expansão do acesso ao crédito financeiro, por possuírem o compromisso de atender a uma parcela desfavorecida da população, sendo fundamentais para a expansão do acesso ao crédito financeiro em nível mundial (MORDUCH, 1999).

As prestações de serviços financeiros (empréstimos, poupança, seguro etc.) adequados para a área das microfinanças são voltadas para pessoas que normalmente não têm acesso ao sistema financeiro tradicional. Para que essa prestação de serviços chegue ao público alvo, é necessário que essas instituições se enquadrem como Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Cooperativas de Crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMs), Fundos Públicos, além de Bancos Comerciais Públicos e Privados (KHAVUL, 2010; PARENTE, 2002; SOARES; MELO, 2008).

A redução da pobreza é um benefício explícito ou implícito da maioria dos programas de microfinanças. Historicamente, a pobreza era vista como um problema dos pobres que ganhavam pouca renda. Consequentemente, consumiam muito pouco para atingir um nível de vida socialmente aceitável e possuíam poucos recursos para se protegerem contra problemas imprevistos. Contudo, este conceito não considerava as questões sociais mais complexas envolvidas neste cenário (KHAVUL, 2010).

Os bancos utilizavam o crédito subsidiado como uma estratégia de desenvolvimento para a diminuição da pobreza. A partir dos anos de 1950 até a década de 1980, as experiências de microfinanças que eram utilizadas foram consideradas pouco eficientes por apresentarem taxas de reembolso dos empréstimos abaixo de 50%, mesmo com aumento de subsídios repassados aos bancos. Isso foi atribuído ao fato de haver desvios de recursos financeiros para políticos que pouco entendiam do sistema social e que se apoderavam dos recursos destinados aos programas (ADAMS et al., 1984).

As atividades brasileiras voltadas para as microfinanças são vistas fundamentalmente por ações financeiras direcionadas ao empreendedor de pequeno porte, com uma regulação específica e formal, cujo foco é o atendimento aos que não têm acesso ao crédito tradicional nas necessidades mais básicas e que se utilizam de estratégias próprias nos serviços prestados para o alcance de resultados junto ao seu público alvo (MARCONATTO, 2013).

Os desafios das microfinanças no Brasil passam pela popularização desses serviços, pois a necessidade de expansão que a microfinança proporcionou em nível global atinge uma estimativa de que aproximadamente 40 a 80 por cento da população nos países em desenvolvimento cuja economia é relativamente forte não têm acesso ao sistema financeiro formal (BECK et al., 2007; WORLD BANK, 2008). Existe um consenso da importância da microfinança para o acesso dessas pessoas e do quanto Yunus e o Banco *Grameen* lideraram esse caminho, com a experiência pioneira de maior repercussão mundial em relação ao

microcrédito, ocorrida em Bangladesh, no final dos anos 70, com a criação do *Grameen Bank* (YUNUS, 2008), mostrando que as pessoas pobres podem honrar com os empréstimos concedidos (CULL, 2008).

Existe um questionamento sobre qual o motivo pelo qual as Instituições Financeiras tradicionais não trabalham com a concessão do crédito aos pobres. As Instituições Financeiras apontam, entre outros motivos que: os pobres na maioria das vezes são analfabetos; não possuem garantias formais; não tem histórico de crédito junto aos bancos; operam na economia informal; e na grande maioria criam empresas não registradas e sem recolhimento de tributos, dentre outros (CASTELLS; PORTES, 1989; DE SOTO, 2000; PORTES; HALLER, 2005; SCHNEIDER, 2005; WEBB et al., 2009).

No Brasil, a experiência com o microcrédito informal e voltado para o público urbano deu-se por volta de 1973, nas cidades de Recife e Salvador, a partir da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). Organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) também tiveram atuação como parceira em algumas iniciativas. A primeira organização formal de microcrédito estabelecida no Brasil foi o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) Ana Terra, em Porto Alegre-RS (BARONE et al., 2002).

O microcrédito está inserido no contexto das microfinanças e é tratado como sendo uma prestação de serviços dedicada exclusivamente às pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte. Essas pessoas têm necessidades reais de empréstimos, mas não possuem quase nenhum recurso financeiro para abrir e/ou ampliar ou obter capital de giro para um pequeno negócio (NERI, 2008).

Muitas vezes as atividades a serem desenvolvidas são consideradas simples, tais como: confecção de pães, artesanato, costuras, doces caseiros, camelôs, vendedores ambulantes, dentre outros, que se tornou um diferencial em suas comunidades. Entendidas ainda como as principais atividades do setor de microfinanças, interrelacionada de maneira direta com programas de políticas públicas voltados para o combate da pobreza e geração de emprego e renda (SELA; SELA; COSTA, 2006; SOARES; SOBRINHO, 2008).

Na década de 1990, o conceito de banco social foi adequado e ajustado para modelos existentes no mercado que operavam na concessão de microcréditos, alinhados com as práticas solidárias (utilização de garantias formais, concessão de empréstimo sem a averiguação de que haveria uma geração de renda local ou de construção de oferta e demanda conjunta etc.), em que bancos comerciais constituíram carteiras especiais adequadas para a concessão de microcréditos ao setor informal e às micro e pequenas empresas (SILVA JÚNIOR, 2004).

O Banco Comunitário de Desenvolvimento é um prestador de serviços financeiros, de cunho solidário, que trabalha em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para a reorganização das economias locais na perspectiva da geração de trabalho e renda e da Economia Solidária. Os BCDs trabalham com a moeda social circulante, que tem aceitação apenas no espaço territorial local onde se encontra inserida, tendo como finalidade o pagamento de determinado serviço ou produto. É muito utilizada no microcrédito, pois possibilita pequenas atividades econômicas assim como o desenvolvimento socioeconômico local (BLANC, 2006; FREIRE, 2008; LIETAER; PRIMAVERA, 2013). Soares (2010) ratifica essa ideia, citando tratar-se de uma moeda paralela criada e administrada por seus próprios usuários de uma determinada comunidade. A moeda social tem o sentido de proporcionar uma transformação da realidade e democratizar o acesso à riqueza, e para isso é preciso haver uma circulação no mercado local (SINGER, 2009).

A circulação de uma moeda social local entre os usuários da comunidade na qual está inserida gera um retorno social ao mesmo tempo em que proporciona o acesso dessas pessoas

à aquisição de bens econômicos e simbólicos, até então inatingíveis por intermédio da moeda tradicional. Por meio da concessão de créditos, os BCDs oportunizam que haja um processo de socialização entre as pessoas que antes era relegada a um segundo plano (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Uma celebrada inovação na área de microfinanças é a criação do contrato de empréstimo em grupo. Esses contratos proporcionaram um alcance maior em vista da diversidade dos grupos em termos de atividades econômicas desenvolvidas e por apresentarem relações sociais entre seus membros que auxiliam na assimetria das informações, gerando redução de possíveis problemas entre a Instituição Financeira e o tomador de crédito (COLEMAN, 1988; MORDUCH, 1999; PORTES, 1998).

Os contratos de empréstimos em grupos são alternativas para a redução dos riscos transacionais que uma IMF pode ter quando da ausência de pagamento das parcelas de um empréstimo concedido. A corresponsabilidade entre os pares desses grupos faz com que se cumpram, na maioria das vezes, os prazos de pagamento dos empréstimos, tornando o risco transacional menor (GHATAK, 1999; MARCONATTO, 2013). No caso de um grupo solidário não pagar o empréstimo concedido existe uma punição coletiva vista a responsabilidade ser considerada solidária, o que significa que todos os membros do grupo ficam impedidos de tomar crédito futuramente na instituição financeira mesmo que de maneira individualizada. Essa pendência tem duração até o momento da quitação do empréstimo (GHATAK; GUINNANE, 1999).

Karlan (2007) reforça que o ambiente solidário proporciona aos grupos o monitoramento do crédito recebido e as pessoas pagam seus empréstimos quando sentem que possuem laços de amizade nesse grupo. De acordo com Ghatak e Guinnane (1999), um dos principais obstáculos à responsabilidade solidária em se tratando de empréstimo grupal surge quando os laços sociais entre os participantes do grupo não estão ainda fortalecidos tornando difícil suportar os sentimentos de solidariedade no grupo. Estudos desenvolvidos em vários países relatam que a coesão social permite o reembolso do empréstimo mais do que a confiança que as pessoas tenham entre si na sociedade de maneira geral (CASSAR; CROWLEY; WYDICK, 2007).

O Banco Mundial (2007, p. 124) indica que “a experiência tem mostrado que o reembolso é maior entre os mutuários do sexo feminino, principalmente devido a mais investimentos conservadores e baixa moral do risco de perigo”. Corroborando com isso, Johnson (2004) destaca que o negócio das mulheres nas atividades muitas vezes implica em um retorno rápido, o que é mais adaptável às parcelas dos pagamentos de maneira regular, exigidos pela maioria das IMFS.

De acordo com Kevane e Wydick (2001), os grupos tomadores de crédito femininos possuem registros de pagamento de empréstimos em maior escala que os grupos tomadores de crédito do sexo masculino. Isso não significa que aja uma relação direta entre gênero e registro de pagamento, sendo que o que pode haver é uma adaptação dos grupos com relação ao empréstimo e à metodologia utilizada pela IMF no contexto local como fator de forte apelo (BHATT; TANG, 2002). Segundo Brehanu e Fufa (2008), além dessas adaptações locais, as oportunidades econômicas também locais, e os tipos de meios de vida dos clientes são fatores importantes a serem considerados.

Ainda segundo o Banco Mundial (2001, p. 173), os programas de microcrédito e sistemas financeiros informais facilitam o acesso das mulheres, tendo em vista a ausência de solicitação de garantias formais para a concessão dos créditos. Vários debates ainda se estendem pelo mundo em relação a esses programas e a participação feminina, até porque a emancipação feminina em algumas partes do mundo se deu a partir da década de 1980. Rahman (1999, p. 69) cita como justificativa uma “transcrição pública”, cujos empréstimos concedidos às mulheres permitiram que elas tivessem um ganho financeiro e um bem estar

social familiar, em contraponto aos homens. O contexto social das mulheres permitiu que elas pudessem levar para dentro de seus lares o suprimento das necessidades mais básicas de uma família, ao contrário dos homens que em muitas situações abandonaram seus lares e/ou desviaram-se do foco quando da aquisição do crédito, não colaborando dentro de casa no que diz respeito à compra de alimentos básicos para a família.

A mulher se sente ainda constrangida perante o grupo ao sinal de qualquer dificuldade para quitar sua parcela no empréstimo, não gostando de ser apontada como uma pessoa que não honra seus compromissos. Além de se sentir na obrigação de ter que se justificar para seus filhos sobre um possível arresto de bens pertencentes ao seu lar por ocasião de inadimplência junto a IMF, visto ter assinado um contrato quando da concessão do crédito.

A participação de mulheres em grupos associativistas tem entre outras finalidades, a geração de trabalho e renda utilizando-se de princípios de autogestão e cooperação. Isso tem apresentado um crescimento bastante acentuado e pode ser uma forma de enfrentamento da desigualdade socioeconômica que se apresenta no mercado. Essas organizações coletivas podem ser consideradas como alternativas factuais ao sistema capitalista e que possibilita que cidadãs, moradoras de um local, consumidoras e trabalhadoras possam ser inseridas no mercado de trabalho, mesmo que de maneira informal (SINGER, 2002).

Ardener e Burman (1995) citam que existem algumas características para que grupos solidários sejam formados por mulheres, tais como: as sanções sociais têm um peso maior entre as mulheres porque trazem vergonha em meio à sociedade em que vivem e a solidariedade é mais presente entre as participantes porque todas são corresponsáveis pelo empréstimo tomado. Segundo Ardener (1995, p. 13), um fator importante para que as mulheres queiram trabalhar em grupos diz respeito ao fato de que nesses grupos as mulheres mais experientes ensinam as mais novas tanto no desenvolvimento das atividades como na maneira de se expressar em público. Essa cumplicidade social entre as participantes faz com as mulheres se destaquem em relação aos maridos mostrando que são capazes de gerir negócios.

A participação na divisão do trabalho é realizada de maneira igualitária, fazendo com que as responsabilidades sejam compartilhadas entre todas as participantes, o que facilita sobremaneira a distribuição de trabalho e renda. As mulheres também preferem trabalhar com mulheres formando grupos homogêneos sem a participação de homens. A linha de comando e responsabilidade é respeitada por todos os integrantes, situação que seria difícil com grupos heterogêneos (ARDENER; BURMAN, 1995).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizou a abordagem qualitativa, que tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade e subjetividade das respostas dos entrevistados (VERGARA, 2010, p. 2). Para a coleta de dados, foi realizado um pré-teste com os gestores do banco e com 02 representantes de ES administrados por mulheres. Após esta primeira coleta, houve retorno à cidade de São João do Arraial, local onde se situa o Banco dos Cocais, para a aplicação de uma nova entrevista com o gestor atual do banco, bem como com 07 representantes dos grupos administrados por mulheres.

A pesquisa teve como foco principal a coleta de informações com mulheres representantes dos grupos de ES que iniciaram trabalhos com o banco comunitário de desenvolvimento local desde sua implantação em dezembro de 2007 até os grupos ativos em dezembro de 2016. As representantes dos 09 grupos de atividades diferenciadas foram escolhidas de acordo com a disponibilidade para responder ao formulário de pesquisa. As entrevistas foram realizadas com as representantes dos grupos de mulheres da panificação, artesanato, horta comunitária, produtos hortigranjeiros, perfumaria e cosméticos, loja de variedades, barraca de lanches, ateliê, loja de roupas, com os dois coordenadores do banco

comunitário dos COCAIS (atual e anterior) e uma especialista na temática. Além disso, também foram analisados alguns documentos que comprovaram os percentuais de tomada de crédito liberados para os grupos de ES femininos desde a implantação em 2007 até o período de 2016 no município de São João do Arraial.

Tabela 1 – Relação de entrevistados

Entrevistado	Função	Duração
Entrevistado A	Especialista na temática	13 minutos
Entrevistada B	Coordenadora na implantação do banco	4 horas
Entrevistado C	Coordenador (atual)	2horas
Entrevistada D	Representante do Grupo (artesanato)	30 minutos
Entrevistada E	Representante do Grupo (panificação)	30 minutos
Entrevistada F	Representante do Grupo (Ateliê)	15 minutos
Entrevistada G	Representante do Grupo(Loja de Variedades)	15 minutos
Entrevistada H	Representante do Grupo (Horta comunitária)	15 minutos
Entrevistada I	Representante do Grupo (Perfumaria e Cosméticos)	15 minutos
Entrevistada J	Representante do Grupo (Loja de Roupas da Zona Rural)	15 minutos
Entrevistada K	Representante do Grupo (Loja de Roupas da Zona Urbana)	15 minutos
Entrevistada L	Representante do Grupo (Barraca de Lanches)	15 minutos

Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

As respostas das entrevistas foram transcritas para a realização da análise, assim como foram organizados os documentos disponibilizados pelo Banco dos COCAIS, a fim de analisar a importância do público alvo da pesquisa no fortalecimento do empreendimento solidário para a IMFS voltada para a comunidade. A análise de conteúdo da pesquisa foi fundamentada nas colocações de Bardin (2011), dividida em três fases: a pré-análise, onde se lê superficialmente o material, extraindo os conceitos mais utilizados nas respostas e na escolha dos documentos, no caso desta pesquisa, a entrevista e os documentos financeiros do banco comunitário importantes para o alcance dos resultados satisfatório da pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O lócus deste estudo é o Banco Comunitário de Desenvolvimento dos COCAIS-PI, situado no município de São João do Arraial distante 203 km da capital do Estado do Piauí, que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2015), possui população estimada de 7.755 habitantes, estratificada em 3.695 hab/homens e 3.641 hab/mulheres (IBGE, 2010). Segundo o Instituto Palmas, por intermédio da Rede de Bancos Comunitários do Brasil, o Estado do Piauí, tem implantado 03 (três) BCDs, a saber: o banco das opalas, localizado no município de Pedro II, banco marruás no município de Porto e o banco dos COCAIS, localizado no município de São João do Arraial (REDE, 2017).

As atividades do Banco dos COCAIS, começaram com a oferta de duas linhas de microcrédito: o microcrédito solidário, destinado às pessoas físicas que passavam por alguma dificuldade no seu dia a dia e o microcrédito produtivo, concedido para grupo de economia solidário coletivo. Novos empréstimos eram concedidos à medida que os pagamentos das parcelas dos grupos fossem sendo quitados. Essa estratégia fazia com que os grupos procurassem não atrasar para não prejudicar outras iniciativas que por ventura estivessem à espera do crédito.

A concessão de microcrédito do Banco dos COCAIS segue uma orientação metodológica específica repassada pelo Instituto Palmas, responsável pela replicação a todos os bancos comunitários implantados no Estado brasileiro. Essa metodologia verte para uma adaptabilidade local com diferencial em relação aos bancos comerciais, cujo objetivo perpassa

pela oportunidade de concessão do microcrédito às pessoas que não possuem renda suficiente para o acesso ao crédito tradicional (COSTA, 2010).

Por ocasião da implantação do Banco dos COCAIS em 2007, os grupos de ES femininos foram capacitados por intermédio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, no município de São João do Arraial-PI. O convênio estabelecido entre o CRAS e Banco dos COCAIS estabelecia que as mulheres fossem capacitadas para dar início as suas atividades econômicas solidárias por meio dos grupos de produção. Após essa capacitação, o Banco dos COCAIS começou a liberar o microcrédito produtivo para 02 (dois) grupos que haviam sido pioneiros na tomada do microcrédito, quais sejam: grupo das mulheres da panificação e grupo das mulheres de artesanato. O crédito produtivo tinha um teto máximo de R\$ 800,00 por grupo, o que fazia com que esses grupos tivessem uma aproximação com o banco em virtude do valor do crédito ser muito baixa e constante necessidade de mais crédito (COSTA, 2010).

De acordo com os dados coletados na pesquisa, o Banco Comunitário de Desenvolvimento dos COCAIS atua junto a uma parcela da população considerada pobre do município de São João do Arraial (PI) e que não possui acesso a concessão do microcrédito. Para Morduch (1999), a esperança é que tanto a pobreza possa ser aliviada por intermédio de estruturas econômicas e sociais quanto os serviços financeiros sejam focados para as famílias de baixa renda. Estas instituições, unidas sob a bandeira das microfinanças, compartilham o compromisso de servir os clientes que foram excluídos do setor bancário formal.

A concessão do crédito no BCD dos COCAIS é composta de algumas etapas, que têm início com o preenchimento da ficha de cadastro pelo representante do grupo solicitante. Após o preenchimento dessa ficha cadastral, o agente de crédito se dirige ao endereço informado para averiguação dos dados informados e possíveis anotações que se fizerem necessárias. O banco comunitário dos COCAIS possui um Conselho de Avaliação de Crédito (CAC) que se reúne mensalmente para avaliar as solicitações de empréstimos e analisar se deve ou não liberar o montante solicitado, levando em conta: o tipo de negócio do grupo; o valor solicitado; se o grupo é constituído por mulheres; quais as impressões coletadas por ocasião da visita do agente de crédito; e a disponibilidade financeira do banco. A composição do CAC é de 3 a 5 pessoas do conselho gestor do banco (coordenador geral, agente de crédito, coordenador financeiro e de projetos).

De acordo com (FRANÇA FILHO et al., 2012), diferentemente do formalismo apresentado no sistema financeiro tradicional com número excessivo de formulários e documentos e regido por legislações próprias, as solicitações de crédito são julgadas assim como as cobranças fundamentadas em um mecanismo social de controle entre os componentes do CAC que é formado por pessoas da comunidade. Ainda de acordo com o autor, este relacionamento com a vizinhança e a sensibilidade dos agentes de crédito são levados em conta, pois conhecedores que são da realidade dos tomadores de crédito auxiliam de maneira direta ao CAC na informação sobre as especificidades de cada caso. Após aprovado o crédito, a representante do grupo solidário feminino é convocada para a assinatura do contrato e o recurso é liberado para o início das atividades a que se propõe.

Uma fase não menos importante da liberação de crédito diz respeito à metodologia empregada pelo Banco Comunitário para grupos solidários que tomam crédito pela primeira vez. O gestor do BCD dos COCAIS relata que, após a validação do cadastro, promove uma reunião de conscientização sobre a importância do crédito e aborda também: noções básicas sobre o que é economia solidária; a importância do investimento do crédito; as possíveis consequências do não cumprimento do pagamento do empréstimo; orientação geral para não confundirem o crédito produtivo com o pagamento das contas pessoais, entre outros pontos. De acordo com Ghatak e Guinnane (1999), é importante que o banco faça uso de procedimentos e possua metodologia própria por ocasião da liberação de crédito. Os autores

citam que o Banco Grammen em Bangladesh adotava alguns procedimentos para a concessão dos pequenos empréstimos aos grupos de mulheres: primeiramente as participantes desse grupo deveriam residir na mesma localidade; após a formação do grupo, os membros recebiam treinamento dos funcionários do banco além de comparecerem a uma reunião semanalmente; e o reembolso do pequeno empréstimo era realizado semanalmente e em pequenas quantias ao banco.

Para os ES femininos, o processo de concessão do crédito é posto de maneira clara e composta por etapas que são seguidas dentro de uma metodologia própria relacionadas aos BCDs que estão implantados em território nacional. Essa metodologia e os processos empregados deixam de maneira transparente e definidos quais os critérios utilizados pelo banco para conceder o crédito solicitado, além do *feedback* aos clientes quando da inscrição para o empréstimo. As etapas permitem que as participantes possam acompanhar mais de perto o seu pleito, o que de sobremaneira facilita o seu entendimento.

A **gestão dos processos e a metodologia** necessária para o funcionamento do Banco dos COCAIS foi repassada por uma equipe do Instituto Palmas (CE), cuja Instituição é a responsável pela replicação da metodologia a todos os bancos comunitários que são implantados em território nacional. De acordo com Morduch (1999), as microfinanças foram uma promessa fundada com base na inovação. Inicialmente novas estruturas de gestão, novos contratos e novas atitudes nos programas principais surgiram por tentativa e erro. Uma vez que os mecanismos funcionaram razoavelmente, uma padronização e replicação tornaram-se prioritárias.

Com a utilização de uma metodologia própria para a concessão do pequeno crédito, torna-se importante que a população acredite na proposta do banco comunitário e comecem a despertar para a necessidade de fazer circular a moeda social circulante local no comércio como forma de dinamizar as transações comerciais.

Pra você ter uma ideia, no início para alguns comerciantes a gente usou o discurso de que nós iríamos abrir crédito para as famílias e que essas famílias iam ter de gastar, sendo que os comerciantes passaram a ver que ou aceitavam ou iam perder clientes. Então eles acabaram acatando em todas as instituições comerciais e colocaram a plaquinha de “aceitamos COCAIS” (Entrevistado B).

Com a implantação do Banco dos COCAIS na cidade de São João do Arraial (PI) em 2007, o comércio local teve uma melhoria socioeconômica, pois permitiu que as pessoas não necessitassem se deslocar 30 km para a cidade vizinha, a fim de receber o salário e também efetuar as compras no comércio. A **moeda social circulante local, o cocal**, por ser aceita por todos os comerciantes dinamizou a economia local por meio de sua circulação. De acordo com (BLANC, 2006; FREIRE, 2008), o objetivo de uma moeda social é ser um meio de pagamento das compras efetuadas somente no território onde está implantado a IMF, possibilitando que haja uma melhoria da geração de renda por intermédio das atividades econômicas e proporcionando o desenvolvimento socioeconômico local. França Filho e Silva Jr (2009), destacam que as relações de proximidade e de confiança entre as pessoas e a moeda social circulante apóiam de maneira muito objetiva e eficaz as relações socioeconômicas construídas por meio do uso e da troca da moeda social.

A moeda social oportunizou que os símbolos da cultura local sejam explorados por via de figuras estampadas no papel moeda circulante, motivando as pessoas a valorizarem seus símbolos e crenças. O Cocal possui uma simbologia repassada por intermédio dos desenhos confeccionados em suas cédulas e por ser uma região de babaçual, as notas apresentam os desenhos da economia local com figuras de palmeira do babaçu, das mulheres quebrando ou pisando o coco, o que simboliza o grupo da economia solidária das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Rigo (2014), afirma que o uso da moeda social no território local tem um cunho

pedagógico e de uma simbologia que envolve um sentimento de apropriação cidadã, contando a história e apresentando uma relação de identidade com o lugar.

Uma das estratégias utilizadas pelo comitê gestor do banco para divulgar, dar acesso e dinamizar a relação com a população local foram **as parcerias estabelecidas**. Essas parcerias foram necessárias porque oportunizaram que houvesse uma maior circulação da moeda social dos COCAIS no comércio local dinamizando o uso econômico da mesma nas transações comerciais entre os atores do processo.

O Banco dos COCAIS possui convênio com a Prefeitura Municipal para pagamento de até 25% do salário do servidor na moeda social circulante local, o cocal. Além desse convênio, o Banco possui também outro convênio com a prefeitura para que efetue o pagamento de serviços terceirizados, tais como: coleta de lixo, pagamento de serviços prestados por terceiros, títulos, água, energia e pagamento de diaristas. O Banco é correspondente bancário do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal (CEF). Efetua o pagamento de bolsa família e recebe contas de água e luz dos moradores além de boletos. Possui parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) para prestar serviços de consultoria nos municípios que desejam implantar BCDs. Essas parcerias tem proporcionado ao banco um acréscimo financeiro ao final do mês por conta dos percentuais de repasse de cada serviço prestado. Para Morduch (1999), a maioria dos programas das Instituições de Microfinanças continuam a ser subsidiados diretamente por intermédio de subsídios oficiais e indiretamente por meio de termos assinados, porque o custo para manter a estrutura de uma IMF é muito dispendiosa.

O custo transacional se torna maior e mais arriscado quando não existe solicitação de nenhum tipo de garantia para conceder crédito. A base da relação comercial é a confiança, o que de certa maneira é arriscado por menor que seja o valor financeiro emprestado. Em relação a solicitação de **garantias formais ou informais** para a concessão do microcrédito, o banco dos COCAIS não solicita que sejam repassadas nenhum tipo de garantias, apenas solicita a assinatura do contratante no documento formalizado. Segundo Morduch (1999), a garantia nem sempre é solicitada dos mutuários que dispõe de poucos recursos nos programas de microcrédito, o que não caracteriza as pessoas como sendo mal pagadoras.

O banco dos COCAIS além de não exigir nenhum tipo de garantia possui uma **linha de crédito** voltada para o incentivo ao desenvolvimento econômico dos grupos e isso pode ser considerado como um fator positivo e que atrai de certa maneira os grupos na solicitação de crédito, pois possui uma política de taxas de juros praticadas abaixo do mercado tradicional, o que pode de certa maneira viabiliza o pagamento do empréstimo sem o comprometimento da renda gerada pelo negócio ao final do mês.

As linhas de crédito trabalhadas pelo banco dos COCAIS são: a) crédito solidário, voltadas para as pessoas que possuem alguma dificuldade no seu dia a dia e que não dispõem de recurso financeiro (compra de gás e de remédios), com disponibilização máxima de C\$50,00 (cinquenta COCAIS), com prazo de pagamento de 30 dias; e b) **crédito produtivo**, destinada aos grupos de ES femininos que tem como objetivo o incentivo da compra de matéria prima para a confecção de produtos, com o valor máximo de empréstimo de R\$ 1.000,00, e juros de 1,5% por empréstimo. Segundo (STIGLITZ, 1990), os empréstimos em grupos podem fornecer benefícios ao induzir os mutuários a não correr riscos que minam a rentabilidade do banco, pois isto pode ser considerado um risco moral. Já para (BORGES, 2011; FRANÇA FILHO et al., 2012), o intuito da disponibilização das linhas de crédito é oportunizar o consumo dentro da comunidade por meio da moeda social circulante local, satisfazendo quando necessário as necessidades mais urgentes dos solicitantes do crédito. O fato das linhas de crédito apresentarem juros abaixo do mercado financeiro tradicional (de 1% a 2,5% ao ano) oportuniza que a comunidade tenha geração de renda bem como oportunidades de trabalho (RIGO, 2014).

A natureza econômica local prioriza que grupos formados por mulheres possuam de certa maneira vantagens no momento da concessão do crédito. Por terem maior foco nas atividades que desejam investir e laços de amizade entre elas, existe de certa maneira uma priorização do banco em conceder empréstimos para grupos femininos por terem um poder de mobilização maior do que entre os homens.

Nós achamos vantajoso emprestar dinheiro para os grupos de mulheres, porque elas são boas pagadoras. Como as pessoas se conhecem numa cidade pequena como a nossa, todo mundo vigia e controla para que as pessoas paguem os empréstimos, porque sabem que somente com o pagamento em dia é que outras pessoas vão poder tirar empréstimo no banco (Entrevistado B).

Nós lidamos com pessoas carentes, isso pra gente é justificável, porque conhecemos todo mundo, a casa onde moram, o que faz. A cidade é pequena e tem 8.000 habitantes, então todo mundo conhece a vida de todo mundo. Temos confiança nas pessoas e elas pagam (Entrevistado C).

O agente de crédito visita o local, vai na casa da pessoa que pede empréstimo, conversa com os vizinhos sobre a pessoa e com isso estabelecemos uma parceria de confiança com a vizinhança. Eles se sentem có responsáveis pelo empréstimo e nos avisam quando sentem que pode haver problema (Entrevistado B).

O Banco dos COCAIS trata os **empréstimos coletivos** para os grupos de ES como sendo vantajosos, pois as participantes dos grupos se sentem corresponsáveis pelo dinheiro solicitado e normalmente assumem as parcelas das integrantes quando as mesmas não podem pagar. A **confiança** depositada nos grupos é a base para o empréstimo, pois acredita que todos precisam de uma oportunidade. A vizinhança da tomadora de crédito tem um papel importante no processo, pois repassa informações aos agentes do banco quando solicitado colaborando com a monitoria do empreendimento. De acordo com Morduch (1999), os programas apontam para inovações nos contratos de “grupo de empréstimo” e novas atitudes sobre os subsídios sendo considerados como chaves para o seu sucesso. Além de que os vizinhos têm incentivos para monitorar uns aos outros e para excluir tomadores de risco de participação, reembolsos e promoção, mesmo na ausência de requisitos de garantia.

Ainda de acordo com Morduch (1999), a capacidade dos vizinhos para fazer cumprir contratos e monitorar uns aos outros, mesmo quando o banco pode fazê-lo em um contrato de empréstimo em grupo oferece uma maneira de diminuir as taxas de juros de equilíbrio, aumentar a utilidade esperada assim como aumentar as taxas de reembolso previstas. A vigilância mais forte praticada pelos vizinhos faz com que o empréstimo em grupo possua uma vantagem para o monitoramento e pressão excessiva na realização de projetos "seguros", em vez de investimento em projetos mais arriscados e menos lucrativos. Para Ghatak (1999), os contratos de empréstimos em grupo efetivamente fazem dos vizinhos cossignatários do mutuário para empréstimos, mitigando inclusive os problemas criados por assimetrias de informação entre o credor e o mutuário. Um aspecto positivo a ser considerado para os grupos administrados por mulheres diz respeito também à **inadimplência** que é mínima entre seus clientes.

A questão da inadimplência nos empréstimos é tratada no Banco de Desenvolvimento dos COCAIS como praticamente inexistente, porque mesmo que algum grupo ou pessoa individual não venham a pagar a parcela do empréstimo, elas se dirigem ao banco para justificar e acertar uma nova data de pagamento sem o acréscimo de juros. De acordo com Morduch (1999), as Instituições Financeiras possuem taxas de reembolso do empréstimo em todos os casos acima de 95%. Os programas também têm se mostrado capazes de atingir os

indivíduos pobres e as mulheres particularmente, que têm sido difíceis de alcançar por meio de abordagens financeiras tradicionais.

Uma das formas encontradas pelo banco para minimizar os atrasos no pagamento das parcelas dos empréstimos é deixar para seu tomador de crédito a deliberação de como deseja realizar o **parcelamento do seu empréstimo**. De certa maneira, essa estratégia pode ser considerada como vantajosa e importante no processo de negociação, pois deixa clara a importância de que o cliente mesmo possa deliberar sobre as suas condições financeiras. Algumas limitações foram constatadas na pesquisa em relação a concessão do crédito, dentre elas destacamos o baixo **limite financeiro** estabelecido pelo banco para conceder o crédito aos grupos. Essa é uma reclamação constante das representantes dos grupos de ES e que é admitida pelo coordenador do banco como sendo um motivo de entrave.

O entrevistado C, coordenador do banco atualmente, acredita que esse limite de crédito seja um dos motivos para que muitos grupos não continuem ativos com o banco. Porém ele pondera que

[...] a finalidade do crédito nosso não é que ela se torne dependente do crédito mais sim independente, que crie autonomia para tocar seu negócio [...] o nosso crédito é para aquelas pessoas que tem pequenos negócios e que os outros bancos não enxergam, que não vêem uma oportunidade de negócio como nós.

Marconatto et al. (2016) defendem que os bancos comunitários deveriam ter regularização para poderem participar de programas que apoiassem as microfinanças com concessão de subsídios federais às IMFS, tendo como objetivo trabalhar as políticas públicas como vetor de acesso das pessoas excluídas do sistema financeiro tradicional. Isso poderia possibilitar um aumento no valor financeiro dos empréstimos como já acontece com grandes bancos comerciais no País. Outra limitação encontrada, diz respeito aos **novos empréstimos** concedidos. Para que isso ocorra é necessário que aja a quitação do empréstimo anterior. O banco não permite que outras pessoas participantes do grupo assinem novos contratos para a mesma finalidade, o que se diferencia da prática das instituições financeiras tradicionais que trabalham com margens de consignação. Caso ocorra a necessidade de um novo aporte financeiro para o grupo, a solicitação é analisada pelo comitê gestor do banco.

Os empréstimos iniciais são rateados entre os grupos em pequenas quantias para que possa atingir o maior número de grupos beneficiados pelo crédito disponível no banco. No decorrer da quitação dos empréstimos, o banco disponibiliza quantias maiores para os grupos considerados bons pagadores. Entende-se por bons pagadores aos que não atrasam as prestações e em muitas situações antecipam o parcelamento quitando o empréstimo. Os programas das Instituições de Microfinanças usualmente começam por emprestar apenas pequenas quantidades e, em seguida, aumentar o tamanho do empréstimo mediante o reembolso satisfatório. Khavul (2010) cita que o empréstimo inicial é disponibilizado em quantidades pequenas, mas se todos os membros de um grupo estão cumprindo suas obrigações financeiras mensais, uma vez que um empréstimo é reembolsado, o mutuário é elegível para subsequentes empréstimos maiores.

CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo a compreensão da relação entre os processos de concessão do microcrédito e o desenvolvimento de empreendimentos solidários femininos.

Buscou-se descrever o processo de concessão de microcrédito por parte de um banco comunitário de desenvolvimento na atuação dos ES femininos. O processo tem uma metodologia própria que é repassada pelo Instituto Palmas, sendo adotada por todos os bancos comunitários implantados em território nacional. Como aspectos positivos neste processo, foram identificados: a gestão dos processos e metodologia própria para a concessão do

crédito; a aceitação da moeda social em todo o comércio local; o sentimento de pertencimento de que o banco é das pessoas do lugar; a existência de parcerias (convênios) do banco; a ausência de garantias formais e informais para concessão do crédito; linha de crédito própria para a concessão de crédito (produtivo); priorização da concessão de crédito para grupos coletivos de mulheres; o papel da vizinhança como coparticipes no processo de liberação do crédito; o sentimento de confiança entre as partes envolvidas na concessão do crédito; a baixa inadimplência/atraso na prestação de contas; o valor das parcelas que é definido pela tomadora de crédito. Como fatores limitantes: a inadimplência/atraso; o limite de crédito concedido pelo banco; e a obrigatoriedade da quitação do empréstimo para a concessão de um novo empréstimo.

Constata-se que apesar da limitação do valor do crédito e que o banco não trabalhe com margem de consignação para que as participantes do grupo possam tirar mais empréstimos, o acesso ao crédito proporciona que as pessoas possam ter seu empreendimento próprio, trabalhando em atividades da qual possuem conhecimento para o desenvolvimento das atividades.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, D. W.; VON PISCHKE, J. D. **Microenterprise credit programs**: Déja vu. **Elsevier**, v. 20, Issue 10, p. 1463-1470, Oct. 1992. Disponível em: <<http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABK705.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2016.
- ARDENER, S.; BURMAN, S. (Eds.). **Money-gorounds: the importance of rotating savings and credit associations for women**. Oxford/Washington, DC: Berg, 1995.
- ARMENDA RIZ, B.; MORDUCH, J. **The Economics of Microfinance**. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2011.
- BARONE, F. M. et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.
- BECK, T. et al. Eaching out: Access to and use of banking services across countries. **Journal of Financial Economics**, Elsevier, v. 85, p. 234-266, 2007. Disponível em: <<http://down.cenet.org.cn/upfile/36/200811711232104.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.
- BHATT, N.; TANG, S. Y. Determinants of repayment in microcredit: Evidence from programs in the United States. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 26, n. 2, p. 360-376.
- BITTENCOURT MARCONATTO, D. A. **Influência das Três Forças Sociais Sobre as Atividades de Avaliação, Monitoramento e Enforcement Executadas por Instituições de Microfinança Socialmente Orientada de Empréstimos Individuais em um País Desenvolvido E em um País em Desenvolvimento**. 2013 471 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Programa de Pós Graduação em Administração, UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- BITTENCOURT MARCONATTO, D.; CRUZ, L. B.; PEDROZO, E. A. Going beyond microfinance fuzziness. **Journal of Cleaner Production**, v. 115, p. 5-22, 2016.
- BLANC, J. Les monnaies sociales: un outil et ses limites. Introduction générale. Exclusion et liens financiers: Monnaies sociales. **Rapport 2005-2006**, p. 11-23, 2006
- BORGES, A. Banco dos COCAIS: uma experiência inovadora de bancos comunitários. In: MORAIS, L.; BORGES, A. **Novos paradigmas de produção e consumo**. São Paulo: Instituto Polis, 2011. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/905/905.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

BREHANU, A.; FUFA, B. Repayment rate of loans from semiformal financial institutions among small-scale farmers in Ethiopia: Two-limit Tobit analysis. **Journal of Socio-Economics**, v. 37, n. 6, p. 2221-2230, 2008.

BRUTON, G. D.; KHAVUL, S.; CHAVEZ, H. Microlending in emerging economies: Building a new line of inquiry from the ground up. **Journal of International Business Studies**, 2011. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1057/jibs.2010.58>>. Acesso em: 6 out. 2016.

CASSAR, A.; CROWLEY, L.; WYDICK, B. The effect of social capital on group loan repayment: Evidence from field experiments. **The Economic Journal**, v. 117, p. 85-106. Disponível em: <https://entwicklungspolitik.uni-hohenheim.de/uploads/media/The_effect_of_social_capital_on_group_loan_repayment_04.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

CASTELLS, M.; PORTES, A. World underneath: The origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: Portes, A.; Castells, M.; Benton, L. A. (Eds.). **The informal economy: Studies in advanced and less developed countries**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1989.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **American Journal of Sociology**, v. 94, p. 95-120, 1988. Disponível em: <<http://courseweb.ischool.illinois.edu/~katewill/for-china/readings/coleman%201988%20social%20capital.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2016.

COSTA, C. **Sem crise no interior do Piauí a moeda local é mais valorizada que o real**. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/12/sem-crise-no-interior-do-piaui-moeda-local-e-mais-valorizada-que-o-real.html>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CULL, R. et al. **Microfinance Meets the Market**. The World Bank. Development Research Group. Finance and Private Sector Team, n. 4630, 2008. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1149133>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DE SOTO, H. **The mystery of capital**. London: Transworld Publishers. 2000. Disponível em: <<https://yendieu.files.wordpress.com/2009/04/the-mystery-of-capital.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

_____. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 1., 2007, Juazeiro do Norte. **Anais...** Juazeiro do Norte, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de; RIGO, A. S.; LEAL, L. P. Moedas sociais e território na experiência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28., 2011, Recife. **Anais...** Recife, 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/17599316-Moeda-complementar-regional-ou-social-o-que-sao-e-para-que-estao-servindo.html>>. Acesso em: 24 out. 2016.

FRANÇA FILHO, G. C. de; RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T. **Microcredit Policies in Brazil: An Analysis of Community Development Banks**. In: INTERNATIONAL CONFERENCE AND RESEARCH PROJECT ON INFORMAL ECONOMY, VULNERABILITIES AND EMPLOYMENT, 2012, Genebra. **Anais...** Faculté des Sciences Économiques et Sociales, Genebra, 2012.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JUNIOR, J. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: DICIONÁRIO INTERNACIONAL DA OUTRA ECONOMIA. São Paulo: Almedina, 2009.

FREIRE, M. Moedas Sociais: O que são, como funcionam e porque podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local. In: SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 7., Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/1MJtKts>>. Acesso em: 11 abr. 2016.

GHATAK, M. Group Lending, Local Information and Peer Selection. **Journal of development Economics**, Elsevier, 1999.

GHATAK, M.; GUINNANE, T. W. The economics of lending with joint liability: theory and practice. **Journal of Development Economics**, Elsevier, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220997&search=||info%20E1%20s:-informa%20E7%20F5es-completas>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

JOHNSON, S. Gender Norms in Financial Markets: Evidence from Kenya. **World Development**, v. 32, n. 8, p. 1355-1374, 2004.

KARLAN, D. Social connections and group banking. **The Economic Journal**, v. 117, n. 517, p. 52-84, 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-0297.2007.02015.x/abstract>>. Acesso em: 6 out. 2016.

KEVANE, M.; WYDICK, B. Microenterprise lending to female entrepreneurs: Sacrificing economic growth for poverty alleviation?. **World Development**, v. 29, n. 7, p. 1225-1236, 2001.

LIETAER, B.; PRIMAVERA, H. Moedas complementares, bancos comunitários e o futuro que podemos construir. In: NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (NESOL-USP) E INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando**. São Paulo: A9, 2013.

MORDUCH, J. The Microfinance Promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 4, p. 1569-1614, 1999.

MORDUCH, J. The Microfinance Schism. **World Development**, v. 28, n. 4, p. 617-629, 2000. Disponível em: <http://www.nyu.edu/projects/morduch/documents/microfinance/Microfinance_Schism.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

NERI, M. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen Brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PARENTE, S. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002. (Coleção Prazer em Conhecer, v. 1).

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 1-24, 1998.

PORTES, A.; HALLER, W. The informal economy. In: Smelser, N. J.; Swedberg, R. (Eds.). **Handbook of economic sociology**. New York: Russell Sage Foundation, 2005.

RAHMAN, A. Micro-credit initiatives for equitable and sustainable development: who pays? **World Development**, v. 27, n. 1, p. 67-82, 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/0305750X/27/1>>. Acesso em: 6 out. 2016.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

REDE DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

REED, L. R. et al. **Resilience: state of the microcredit summit campaign report 2014**. Washington, DC: Microcredit Summit Campaign, 2014.

RIGO, A. C. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações, teóricas e práticas.** 2014. 339 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANYAL, P. From credit to collective action: the role of microfinance in promoting women's social capital and normative influence. **American Sociological Review**, v. 74, p. 529–550, 2009.

SELA, V. M.; SELA, F. E.; COSTA, S. C da. A Importância do Microcrédito para o Desenvolvimento Econômico e Social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2602.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas, 2004.** 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

_____. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 1-18, set./dez. 2007. Edição especial.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, C. L. B. **Moeda Social: um conceito, uma proposta de tipologia, limites e potencialidades.** Nesol, Nesfi: Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Capitalismo%20Contempor%C3%A2neo,%20Socialismo%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria/Moeda%20social%20um%20conceito,%20uma%20proposta%20de%20tipologia,%20limit%E2%80%A6.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

_____. A Moeda Social e a Economia Solidária no Brasil: Instrumentos para um Novo Padrão de Desenvolvimento? **Revista Orbis Latina**, v. 1, n. 1, jan./dez. 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/K%C3%A1tia%20Brasil/Downloads/488-1659-1-PB.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2016.

SOARES, M. M; MELO SOBRINHO, A. D. de. **Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito.** 2. ed. Brasília: Bacen, 2008.

STIGLITZ, J. E.; WEISS, J. Credit rationing in markets with imperfect information. **American Economic Review**, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.

VERGARA, S. **Métodos de pesquisa em administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WEBB, J.; TIHANYI, L. et al. . You say illegal, I say legitimate: Entrepreneurship in the informal economy. **Academy of Management Review**, v. 34, n. 3, p. 492-510, 2009.

WORLD BANK. **Finance for All? Policies and Pitfalls in Expanding Access.** World Bank Policy Research Report, August. Washington, DC, 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTFINFORALL/Resources/4099583-1194373512632/FFA_book.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

YUNOS. **Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática, 2008.

YUNUS, M. **Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade.** Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2010.